



**FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIO
DE SERGIPE – FANESE
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS
CONTÁBEIS**

CAMILE VIRGINIA ARAÚJO COELHO

**O BALANÇO PATRIMONIAL DO SETOR PÚBLICO:
aplicações dos índices de análises**

**Aracaju - SE
2015.1**

CAMILE VIRGINIA ARAÚJO COELHO

**O BALANÇO PATRIMONIAL DO SETOR PÚBLICO:
aplicações dos índices de análises**

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis da Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe – FANESE, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

**Orientador: Profº. Esp. Cantidiano Novais Dantas
Coordenadora de Curso: Profª. Esp. Luciana Matos dos Santos Figueiredo**

**Aracaju - SE
2015.1**

CAMILE VIRGINIA ARAÚJO COELHO

**O BALANÇO PATRIMONIAL DO SETOR PÚBLICO:
aplicações dos índices de análises**

Artigo apresentado a Coordenação do Curso de Ciências Contábeis, da Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe – FANESE, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis. Banca examinadora formada por:

Aprovada com média:_____

Orientador

Professor Avaliador

Professor Avaliador

Camile Virginia Araújo Coelho

Aracaju (SE), _____ de _____ de 2015.

RESUMO

O aperfeiçoamento das informações dos demonstrativos contábeis, oferecidos pela contabilidade do setor público, é tema recorrente nesta área. A análise do balanço patrimonial, por meio de índices é uma das técnicas que oferece aprimoramento para as informações do patrimônio público, servindo como ferramenta gerencial para tomada de decisões na gestão. A problemática investigada é a importância da análise do balanço patrimonial para a Administração Pública. O objetivo geral do estudo é demonstrar que a análise e a interpretação do balanço patrimonial da Administração Pública podem servir como ferramenta gerencial para tomada de decisões na gestão. Os objetivos específicos são: abordar sobre a gestão patrimonial de entidade pública; demonstrar a análise de balanço patrimonial do setor público e sua importância para a contabilidade e a gestão pública; discorrer sobre o método tradicional de análise de balanço patrimonial do setor público por meio de índices, justificando a sua aplicação aos valores numéricos oriundos da contabilidade pública. Esta pesquisa é de natureza qualitativa e quantitativa, com metodologia de pesquisa bibliográfica e documental. Estuda-se o balanço patrimonial do setor público, incluído as análise e aplicabilidades de método, demonstrando a sua importância e a da contabilidade pública, para a gestão.

Palavras-chave: . Administração Pública. Balanço Patrimonial. Contabilidade Pública.

SUMÁRIO

RESUMO.....	
LISTA DE QUADROS.....	
LISTA DE TABELAS.....	
1 INTRODUÇÃO.....	07
2 A CONTABILIDADE E A GESTÃO PATRIMONIAL NO SETOR PÚBLICO...	09
2.1 As Informações para a Administração Pública e as Prestações de Contas.....	09
3 O BALANÇO PATRIMONIAL NO SETOR PÚBLICO E SUAS ANÁLISES.....	11
3.1 Análises das Contas do Balanço Patrimonial da Administração Pública.....	12
3.2 Análise de Balanço Patrimonial e a Contabilidade Pública.....	13
4 OS MÉTODOS TRADICIONAIS DE ANÁLISES DO BALANÇO PATRIMONIAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	15
4.1 As Aplicações dos Métodos de Análises na Contabilidade Pública.....	16
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
REFERÊNCIAS.....	21
ABSTRACT.....	22
Apêndice 1: As Representatividades dos Índices de Análises.....	24
Apêndice 2: Cálculos dos Índices de Análise.....	26
ANEXOS.....	28

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Análise Vertical	17
---	-----------

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Análise Horizontal	16
TABELA 2: Análise Vertical	18

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade pública está ganhando cada vez mais importância como fonte de dados, e esses dados estão sendo úteis de acordo com a capacidade dos usuários transformá-los em informações.

As análises no balanço patrimonial do setor público é uma das técnicas para aprimorar as informações contábeis, favorecendo melhores resultados nas tomadas de decisões. Este é um debate recorrente na contabilidade do setor público, por ser uma atividade de grande utilidade para gestão da entidade.

Atualmente o campo governamental começou a dar maior atenção às necessidades de uma administração pela visão gerencial e não apenas com o objetivo de cumprir o mínimo exigido pela legislação. Atualmente os gestores públicos estão dando maior atenção à necessidade de administrar a coisa pública pela visão gerencial.

Assim sendo, as análises dos dados do balanço patrimonial, aprimorando-as em informações de gestão, é uma necessidade crescente na Administração Pública. Neste contexto, a problemática a ser investigada nesta pesquisa é: qual a importância da análise do balanço patrimonial para a Administração Pública?

O objetivo geral deste estudo é demonstrar que a análise e a interpretação do balanço patrimonial da Administração Pública podem servir como ferramentas gerenciais para as tomadas de decisões na gestão. Os objetivos específicos são: abordar sobre a gestão patrimonial de entidade pública, com o intuito de gerar informações que orientem os gestores e permitam adequadas prestações de contas; demonstrar a análise de balanço patrimonial do setor público e sua importância para a Contabilidade Pública; discorrer sobre o método tradicional de análise de balanço patrimonial do setor público por meio de índices e justificar a possibilidade de sua aplicação aos valores numéricos oriundos da Contabilidade Pública.

Esta pesquisa é de natureza qualitativa e quantitativa, com metodologia de pesquisa bibliográfica, baseada em diversas fontes como livros, resoluções e normas voltadas à contabilidade pública, que estão referenciadas no final deste trabalho. É, também, uma pesquisa documental, onde se coletaram e anexaram relatórios contábeis de órgão público, com dados qualitativos e quantitativos.

A realização deste trabalho é justificada pela experiência profissional da autora na área pública. Caracteriza-se como um estudo que, na identificação de elaborações do balanço patrimonial e outros instrumentos de prestações de contas anuais, oportuniza pesquisar como tais informações influenciavam o gestor público. Esta pesquisa busca dar respostas sobre a importância da aplicação e interpretação dos índices do balanço patrimonial do setor público, com o intuito de contribuir para a tomada de decisão e gestão da Administração Pública, através das informações produzidas no resultado dos índices.

2 A CONTABILIDADE E A GESTÃO PATRIMONIAL NO SETOR PÚBLICO

De acordo com Andrade (2002, p.78), a contabilidade pública é um dos ramos da ciência contábil que registra, controla e estuda os atos e fatos administrativos e econômicos operados no patrimônio público de uma entidade, possibilitando a geração de informações, variações e resultados sobre a composição deste, obtidos por sua administração e pelos usuários. Seu objetivo não é restrito ao registro, mas de fornecer uma ferramenta para a tomada de decisão com relação ao patrimônio da entidade.

Segundo Kohama (2000):

A Contabilidade Pública é um dos ramos mais complexos da Ciência Contábil e tem por objetivo captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações orçamentárias, financeiras e patrimoniais das entidades de direito público interno, ou seja, União, Estados, Distrito Federal e Municípios respectivas autarquias, através de metodologia especialmente concebida para tal. (KOHAMA 2000, p.50-51)

Na contabilidade pública se destaca a característica de gerar informações da entidade, resultados da transparência de ações administrativas no patrimônio da entidade através de balanços e demonstrativos para que os cidadãos possam acompanhar a gestão.

Seguindo os preceitos da Lei nº 4.320/64, pode-se afirmar que a contabilidade pública é um ramo da ciência contábil que estuda, orienta, controla e demonstra a programação, a execução e a movimentação orçamentária, financeira e patrimonial, além de proporcionar a apuração dos resultados que integram o conteúdo para a tomada de contas dos responsáveis por bens e valores públicos, tendo como objeto o patrimônio e suas variações, o orçamento e sua execução (previsão e arrecadação da receita e fixação e execução da despesa) e, também, os atos administrativos. (BRASIL, 1964).

2.1 As Informações para a Administração Pública e as Prestações de Contas

O objetivo mais importante da contabilidade é a geração de informações do patrimônio gerenciado, as formas de apresentação dessas informações patrimoniais são as demonstrações contábeis previstas na legislação. Especificamente, a análise de balanços públicos fica voltada à apreciação do balanço patrimonial aplicado no campo público.

De acordo com a Lei nº 4.320/64, em seu art. 101, os resultados gerais do exercício serão demonstrados no balanço orçamentário, no balanço financeiro, no balanço patrimonial e na demonstração das variações patrimoniais (BRASIL, 1964). Além dos demonstrativos exigidos pela Lei nº 4.320/64, tem-se, ainda, a regulamentação da gestão com responsabilidade fiscal, fruto da edição da Lei Complementar nº 101 (BRASIL, 2000), onde no artigo 48 são fixados outros relatórios que vêm traduzir o empenho governamental em trabalhar mais com a informação gerencial. A referida lei estabelece:

Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos. (BRASIL, 2000).

Para Castro e Garcia (2004, p.108), o objetivo da contabilidade pública, desde seu nascedouro, foi o de fornecer informações a seus usuários por meio da identificação, da mensuração e da explicação dos eventos econômicos consubstanciados nos relatórios nas análises desenvolvidos pelos contadores. No setor público, o destino dessas informações sempre foi, principalmente, o de subsidiar o processo decisório dos dirigentes públicos e mostrar à sociedade como os recursos arrecadados são aplicados. Um dos principais instrumentos contábeis que oferece informações para a prestação de contas e tomadas de decisões na área pública é o balanço patrimonial.

3 O BALANÇO PATRIMONIAL NO SETOR PÚBLICO E SUAS ANÁLISES

O balanço patrimonial da administração pública é a demonstração contábil que evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas que formam o ativo e o passivo, representando seus bens, direitos e obrigações, indicando o valor do patrimônio, num determinado momento, além das contas de compensação.

Segundo Kohama (2000):

O balanço patrimonial é o quadro de contabilidade em duas seções, “ativo” e “passivo”, em que se distribuem os elementos do “patrimônio público”, igualando-se as duas somas com a conta “patrimônio líquido” (Ativo Real Líquido) no caso de existência de superávit, ou “passivo real descoberto”, quando houver déficit patrimonial. (KOHAMA 2000, p.291).

A expressão “balanço” significa equilíbrio entre o ativo igual ao passivo mais o patrimônio líquido. Parte-se da ideia de uma balança de dois pratos que se encontra sempre em igualdade. Assim como a expressão “patrimonial” é o conjunto de bens, direitos e obrigações. A união das duas expressões forma o balanço patrimonial, equilíbrio do patrimônio.

De acordo com a NBC T 16.2 - Patrimônio e Sistemas Contábeis (BRASIL, 2009), os grupos que apresentam subclassificações no balanço patrimonial são definidos como:

Ativos são recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.

Passivos são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.

Patrimônio líquido é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos de todos seus passivos. (BRASIL, 2009).

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (BRASIL, 2015) consta que o ativo e o passivo são classificados como “circulante” e “não circulante” com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade, ou seja, de acordo com a transformação de bens e direito em moedas e obrigações de prazo de vencimento, respectivamente. O grupo do circulante estará o conjunto de bens e direitos realizáveis e obrigações exigíveis até o término

do exercício seguinte, já o não circulante será composto pelo conjunto de bens e direitos realizáveis e obrigações exigíveis após o término do exercício seguinte.

As finalidades do balanço patrimonial são: apresentar a posição patrimonial da entidade pública em determinado momento, evidenciar elementos que constituem o patrimônio líquido, além de auxiliar os usuários dessas informações a avaliar o desempenho dos órgãos de honrar seus compromissos e gerar benefícios sociais para atendimento das necessidades da sociedade.

A Lei 4.320/1964, artigo 105, no anexo 14 (BRASIL, 1964), ajustado pela Portaria nº 749 (BRASIL, 2009), divide o ativo e o passivo nos seguintes grupos, em função da dependência ou não de autorização orçamentária: o ativo financeiro; o ativo permanente; o passivo financeiro; o passivo permanente; o saldo patrimonial e as contas de compensação.

O balanço patrimonial é um demonstrativo estático, paralisado num determinado momento, funciona como a situação do patrimônio de uma entidade para aquele momento.

3.1 Análises das Contas do Balanço Patrimonial da Administração Pública

Em relação à análise das contas do balanço patrimonial da administração pública, é importante destacar que Andrade (2002, p.205) define análise como o exame de cada parte e do todo contábil, mediante a aplicação de procedimentos próprios ou externos, buscando o conhecimento da natureza dos fatos, das proporções, da evolução e involução dos resultados, propiciando a tomada de decisão com eficiência e eficácia.

A ciência contábil não deve ficar restrita aos registros contábeis, característica ímpar da escrituração contábil. As atividades da contabilidade ultrapassam o simples registro do fato contábil, quando se executa a avaliação das causas dos fenômenos patrimoniais, verdadeiramente, está se realizando uma função de análise, pois quando se tem identificado essas causas, pode-se dar interpretações dos fatos contábeis.

Dentro deste contexto, Padoveze (2004, p.193) destaca: “a análise de balanço deve ser um instrumento que possibilite o gerenciamento da informação contábil. Assim, um dos fundamentos da análise de balanço é a criação de indicadores que permitam sempre uma análise comparativa”.

O doutrinador Carneiro (2005, p.74) cita que na relação Estado e sociedade, a análise de balanços referencia-se com a possibilidade de informar o controle do gasto público, sendo um mecanismo pelo qual os cidadãos podem limitar e controlar as ações dos governantes. Acredita que a busca de otimizar a estrutura ou a concepção da informação e dar

suporte gerencial à contabilidade governamental, com intuito de que evidencie a sociedade questões, como: quantidade tributos para financiar serviços remunerados, o volume de investimentos contribuindo para a formação dos produtos, a quantidade de ativos destinados à execução de obras e dentre outros.

3.2 Análise de Balanço Patrimonial e a Contabilidade Pública

As abordagens analíticas apresentadas no tópico acima evidenciam que as análises do balanço patrimonial demonstram que as atividades da contabilidade pública ultrapassam o simples registro de fatos contábeis, pois, além disto, procuram-se avaliar o patrimônio e as particularidades dos diversos elementos que o compõe, procurando refletir a situação que tiver como resultado naquele momento e suas variações num certo espaço de tempo.

Para Andrade (2002):

Podem-se enumerar alguns objetivos básicos para análise de balanços, quais sejam:

- a) Delimitação da abrangência dos dados;
- b) Verificação da confiabilidade dos dados;
- c) Detecção de erros ou fraudes;
- d) Precisão na classificação de contas;
- e) Comparabilidade;
- f) Simplificação no entendimento;
- g) Adequação aos objetivos da análise;
- h) Intimidade do analista com as demonstrações contábeis da entidade;
- i) Meio para tomada de decisão. (ANDRADE 2002, p. 297).

Sobre a análise de balanços, o doutrinador Padoveze (2004, p. 193) destaca: “a análise de balanço deve ser um instrumento que possibilite o gerenciamento da informação contábil. Assim, um dos fundamentos da análise de balanço é a criação de indicadores que permitam sempre uma análise comparativa”.

A análise de balanços visa relatar, com base nas informações contábeis, a posição econômico-financeira atual, as causas que determinaram a evolução apresentada e as tendências futuras. Em outras palavras, o uso de quociente tem como finalidade principal permitir ao analista obter tendências e comparar os quocientes com padrões preestabelecidos. A finalidade da análise é transparecer o que aconteceu no passado, fornecer algumas bases para avaliar o presente e inferir o que poderá acontecer no futuro. (CARNEIRO 2005, p.98).

De acordo com Kohama (2000, p.28) a crítica apresentada no balanço patrimonial consolidado dos órgãos públicos, não deve ser utilizada no sentido de censurar, maldizer ou julgar os resultados apurados, mas tão somente como crítica construtiva, quando isto for

considerado necessário para alertar, orientar e até mesmo mostrar erro de procedimento encontrado no trabalho de análise.

A avaliação do balanço patrimonial servirá como instrumento que permitirá ao gestor e aos interessados nessas informações apreciar cada grupo e subgrupo patrimonial, em relação ao conjunto, para tirar conclusões sobre aspectos administrativos, econômicos e financeiros.

4 OS MÉTODOS TRADICIONAIS DE ANÁLISES DO BALANÇO PATRIMONIAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Um dos principais métodos tradicionais de análise de balanço patrimonial na administração pública é por meio de índices, que tem por característica fornecer visão ampla sobre a entidade pública. O principal objetivo é demonstrar a situação atual do órgão estudado, nortear o gestor sobre tomadas de decisões no futuro, caso a situação encontrada nos índices tenham sequência.

Para Castro e Garcia (2004, p. 209): “Os indicadores são relações matemáticas extraídas da base de documentos registros ou saldos contábeis que serão utilizados como juízo de valor em termos da qualidade da gestão e/ou consistência da informação”.

A análise horizontal ou de evolução é a forma de demonstrar a variação orçamentária ou de realização de receitas e despesas públicas, presente nos demonstrativos legais, comparativamente e restritos os períodos predefinidos.

Para Matarazzo (2003, p. 245) “A análise de evolução ou horizontal baseiam-se na evolução de cada conta de uma série de demonstrações contábeis em relação à demonstração anterior e/ou em relação a uma demonstração contábil básica, geralmente a mais antiga”.

Sobre este assunto, o doutrinador Carneiro (2005, p. 22) diz que uma análise horizontal aprecia a evolução dos componentes patrimoniais ou de resultado em determinada sequência de exercícios sociais. Funciona, ainda, como análise prospectiva do patrimônio ou de resultado no horizonte temporal, facilitando a avaliação das perspectivas econômicas e financeiras da entidade. Esse tipo de análise proporciona uma observação do crescimento dos saldos das contas componentes dos demonstrativos.

A análise vertical ou de estrutura é a forma de analisar a representatividade (ou porcentagem) de cada conta, ou grupo de contas, no montante geral designado no orçamento ou em sua realização. A apuração da análise vertical é realizada pela aplicação direta de “regra de três” simples entre cada parte e seu conjunto maior. A determinação da porcentagem de cada elemento patrimonial em relação ao conjunto indica o coeficiente dos diversos grupos patrimoniais, fornecendo, assim, ideia precisa da distribuição dos valores no conjunto patrimonial, visto que com essa análise apurada, tem-se a possibilidade de avaliar se está

havendo excesso de imobilização, insuficiência de capitais ou de disponibilidades, excesso de determinada despesa dentre outras.

É de extrema importância ressaltar que a análise de índices pode ser trabalhada de inúmeras formas fornecendo diversos itens de comparabilidade de comprometimento ou de simples relação etc. A sua versatilidade é ilimitada. Cabe ao gestor definir a pergunta que deseja responder, para aí sim definir qual índice melhor suprirá suas dúvidas. (ANDRADE 2002, p.215).

Os índices de liquidez relacionam o ativo financeiro com o passivo financeiro, demonstrando quanto de ativo financeiro a instituição possui para cada passivo financeiro, ou seja, conseguem medir a capacidade do ente público de saldar seus compromissos já exigíveis. Podem ser classificados em: índice de liquidez corrente; índice de liquidez imediata; índice de liquidez seca; índice de liquidez geral; índice de solvência; endividamento geral; composição do endividamento e índice da situação permanente. Para melhor esclarecimento sobre o que representa tais índices e suas interpretações, encontra-se no apêndice deste artigo um quadro que demonstra as fórmulas, os resultados e as interpretações de cada um desses índices.

4.1 As Aplicações dos Métodos de Análises na Contabilidade Pública

Para a aplicação dos métodos de análises na contabilidade pública segue, logo abaixo, uma tabela que esboça uma análise horizontal de dados contidos nos anexos deste artigo, retirados de balanços patrimoniais escolhidos para análises. Os índices encontrados demonstram a evolução ou queda dos valores monetários contidos nos relatórios contábeis.

TABELA 1: Análise Horizontal

Elementos	2012	2013	%		2012	2013	%
Ativo Financeiro	2.514.059	3.081.356	122	Passivo Financeiro	1.994.770	2.585.779	129
Ativo Permanente	5.708.255	428.749	130	Passivo Permanente	4.880.938	4.562.870	93
Saldo Patrimonial				Saldo Patrimonial	1.346.605	3.361.455	249
Total	8.222.314	10.510.105	127	Total	8.222.314	10.510.105	127

Fonte: Elaborado pela autora.

De acordo com a análise acima, o grupo que teve maior evolução foi o saldo patrimonial com 149,62% de crescimento de 2012 para 2013. O passivo permanente reduziu 6,42% de 2012 para 2013; o ativo permanente apresentou um crescimento de 30,14%. O ativo financeiro e passivo financeiro também tiveram um crescimento de 22,56% e 29,63%, respectivamente.

A seguir, no Quadro 1, é apresentada uma análise vertical das contas que compõem o balanço patrimonial público referente ao ano de 2013, que também estão nos anexos deste artigo. Os índices encontrados mostram a distribuição dos valores patrimoniais, que fornecem subsídios para avaliar a existência de descompasso entre ativos e passivos, excessos de imobilizações ou até insuficiências de recursos ou disponibilidades.

QUADRO 1: Análise Vertical

Ativo	R\$	%
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	2.047.465,32	19,48
Estoques	4.563,46	0,04
Devedores diversos – realizável	1.033.890,92	9,84
Total do ativo circulante	3.085.919,70	29,36
Ativo não – circulante		
Ativo realizável a longo prazo	1.032.128,65	9,82
Créditos a longo prazo	1.032.128,65	9,82
Imobilizado	6.392.057,05	60,82
Bens móveis	4.722.379,49	44,93
Bens imóveis	1.669.677,56	15,89
Total do ativo não circulante	7.424.185,70	70,64
Total do ativo	10.510.105,40	100,00
Passivo		
Passivo circulante		
Obrigações (trabalhistas, previdenciárias e assistência)	459.928,23	4,38
Fornecedores e contas a pagar a curto prazo	1.042.641,72	9,92
Demais obrigações a curto prazo	289.754,34	2,76
Total do passivo circulante	1.792.324,29	17,05
Passivo não circulante		
Obrigações fiscais a longo prazo	4.562.870,07	43,41
Total do passivo não circulante	4.562.870,07	43,41
Patrimônio Líquido		
Resultados acumulados	1.470.918,12	14,00
Superávit do exercício	1.346.605,49	12,81
Superávit do exercício anteriores	1.337.387,43	12,72
Total do patrimônio líquido	4.154.911,04	39,53
Total do passivo	10.510.105,40	100,00

Fonte: Elaborado pela autora.

Analisando os dados acima, observa-se o Caixa é a conta de maior representatividade do ativo circulante, tem 19,48% do ativo total da entidade. Os créditos de longo prazo têm 9,82% dos recursos totais do ativo. O ativo não circulante, no grupo do imobilizado representa 60,42% do ativo total, possuindo maior parte do ativo da entidade, composto por 44,93% de bens móveis e 15,89% de bens imóveis.

A conta de fornecedores e contas a pagar a curto prazo é a de maior representatividade do passivo circulante, com 9,92% do passivo total. As obrigações fiscais a longo prazo, no passivo não circulante, têm a maior parte do passivo total com 43,41%. O patrimônio líquido da entidade tem 39,53% do passivo total, com resultados acumulados, é a conta com maior representatividade: 14%.

Abaixo segue também uma análise vertical das contas do balanço patrimonial analisado no quadro acima. Nessa Tabela 2 as contas estão sintetizadas de acordo com sua dependência de autorização legislativa ou não, classificadas como de caráter financeiro e permanente, respectivamente.

TABELA 2: Análise Vertical

Elementos	\$	%		\$	%
Ativo Financeiro	3.081.356,24	29,32	Passivo Financeiro	2.585.779,35	24,60
Ativo Permanente	7.428.749,16	70,68	Passivo Permanente	4.562.870,07	43,41
Saldo patrimonial			Saldo Patrimonial	3.361.455,98	31,98
Total	10.510.105,40	100,00	Total	10.510.105,40	100,00

Fonte: Elaborado pela autora.

O ativo permanente e passivo permanente representam a maior parte do balanço patrimonial, com 70,68% e 43,41%, respectivamente.

Conforme os cálculos que estão no apêndice deste artigo, a liquidez corrente demonstra que, para cada R\$ 1,00 de dívida a entidade dispõe de R\$ 1,19 para sua liquidação. O ativo financeiro cobre 100% do passivo financeiro.

A liquidez imediata demonstra que os recursos financeiros disponíveis, incluindo o saldo dos bancos, são suficientes para liquidar apenas 79% das obrigações dessa entidade. Concluindo que para cada R\$ 1,00 de dívida registrada no passivo financeiro, a entidade possui R\$ 0,79 em espécie ou em direito de alta liquidez para sua quitação.

Em relação à liquidez seca, reflete que a entidade tem ou terá em curto prazo recursos suficientes para honrar seus compromissos de curto prazo (até um ano), R\$ 1,72 disponível para quitar o passivo financeiro no dia seguinte dessa apuração. Em relação a liquidez geral, o seu resultado significa que a entidade não terá recursos suficientes para honrar seus compromissos, que para R\$ 1,00 de dívida a entidade só dispõe de R\$ 0,65 para pagar suas dívidas. A queda desse índice em relação aos outros índices se deu pelo valor ativo não circulante.

Quanto à solvência, avalia-se que a entidade dispõe de recursos financeiros suficientes para arcar com seus passivos, R\$ 1,65 para cada R\$1,00 do passivo. Sobre composição do endividamento, demonstra que está classificado como a curto prazo, nesse caso 28% do endividamento se encontram a curto prazo. Apresenta, ainda, uma situação permanente em que a entidade está numa condição positiva: para cada R\$ 1,00 de passivo permanente tem R\$ 1,63, significa que restaram bens ou direitos, ativos permanentes, para liquidar o endividamento do passivo permanente.

Os valores analisados no balanço patrimonial, no momento do fechamento do exercício, nem sempre representam a média mantida em todo o ano de análise. Um acontecimento pode ter alterado em algum mês o saldo de uma conta ou de um grupo de contas que compõe o balanço. Ou seja, não pode se avaliar que todo mês o índice de liquidez corrente foi de R\$ 1,19, por exemplo, depende das particularidades que a entidade está encarando naquele momento.

Esta aplicação técnica apresentada nos parágrafos anteriores, deste artigo, evidencia a importância da contabilidade no setor público, que por meio das técnicas de análises e avaliações do balanço patrimonial público, instrumentaliza ao gestor e aos interessados nas informações do patrimônio público apreciar cada grupo e subgrupo patrimonial público e, também, em relação ao conjunto da riqueza patrimonial.

Conforme demonstrado, a análise do balanço patrimonial do setor público propicia tirar conclusões sobre aspectos administrativos, econômicos e financeiros do patrimônio público. Em consequência, a sociedade e os gestores públicos são munidos de informações analíticas, técnicas e científicas para fundamentarem a fiscalização, o controle e as tomadas de decisões na administração pública.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos índices tem por característica fornecer visão ampla sobre a entidade pública, o principal objetivo é demonstrar a situação atual do órgão estudado, nortear o gestor sobre tomadas de decisões no futuro, caso a situação encontrada nos índices tenham sequência.

A interpretação do balanço patrimonial da Administração Pública ser como ferramenta gerencial para tomada de decisões na gestão. Justificam-se as aplicações dos principais métodos tradicionais de análises do balanço patrimonial do setor público. Pelas aplicações das análises aos valores numéricos nos índices, demonstrou-se em que consiste a análise de balanço patrimonial do setor público e a sua importância, com a atuação da contabilidade pública; analisando a gestão patrimonial de entidade pública, com o intuito de gerar informações que oriente os gestores e permitir a adequada prestação de contas.

A importância fundamental ao se proceder à análise e interpretação do balanço patrimonial na área pública consiste em observar, principalmente, as características relativas aos aspectos legais, normativos e técnicos. Devem-se considerar as questões que se referem à estrutura e composição do demonstrativo analisado. O entendimento desses fatores é de incondicional importância às tomadas de decisões gerenciais na continuidade do serviço público.

A realização deste trabalho responde sobre a importância da aplicação e interpretação dos índices do balanço patrimonial do setor público, que contribui para a tomada de decisão e gestão da administração pública, através das informações produzidas no resultado dos índices.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade Publica na Gestão Municipal**. São Paulo: Atlas, 2002.

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. **Norma Brasileira de Contabilidade Técnica 16.2 - NBC T 16.2: Patrimônio e Sistemas Contábeis**. 2009. Disponível em: www.tesouro.gov.br. Acessado em 11 de abril de 2015.

BRASIL. Ministério da Fazenda - Tesouro Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Publica**. 6ª Edição. Brasília 2015.

BRASIL. Ministério da Fazenda - Tesouro Nacional. **Portaria nº 749, de 15 de dezembro de 2009**. Disponível em: www3.tesouro.gov.br. Acessado em 16 de abril de 2015.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000**. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acessado em 18 de abril de 2015.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei 4.320, de 17 de março de 1964**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14320.htm. Acessado em 13 de abril de 2015.

CARNEIRO, Bruno de Oliveira. **Avaliação de Indicadores de Solvência para o Balanço Patrimonial do Setor Público**. Brasília 2005.

CASTRO, D.P; GARCIA, L.M. **Contabilidade Pública no Governo Federal**. São Paulo: Atlas, 2004

LIMA, Diana Vaz; CASTRO, Róbison Gonçalves de. **Contabilidade Pública: integrando União, Estados e Municípios**. São Paulo: Atlas, 2000.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública: teoria e prática**. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MATARAZZO, Dante C. **Análise Financeira de Balanços**. São Paulo: Atlas 2003.

PADOVEZE, Clovis Luis; BENEDICTO, Gideon Carvalho de. **Análise Financeira**. Pioneira: 2004.

SILVA, Lino Martins e. **Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo**. São Paulo, Atlas 2004.

ABSTRACT

The improvement of the information of accounting statements, offered by public sector accounting, is recurring theme in this area. The analysis of the balance sheet, through indexes is one of the techniques that offers enhancement to the information of the public assets, serving as a managerial tool for decision-making in the management. The issue investigated is the importance of balance sheet analysis for the public administration. The overall objective of the study is to demonstrate that the analysis and interpretation of the balance sheets of the public administration can serve as a management tool for decision-making in the management. The specific objectives are: to address asset management of public entity; demonstrate the balance sheet analysis of the public sector and its importance to accounting and public management; glossing over the traditional method of balance sheet analysis of the public sector through indexes, justifying its application to numerical values from public accounting. This research is qualitative and quantitative in nature, with bibliographical and documental research methodology. Studying the public sector balance sheet, included the analysis and applications of method, demonstrating its importance and public accounting to management.

Keywords: Pulica Administration. Balance Sheet. Government Accounting

APÊNDICES

Apêndice 1: As Representatividades dos Índices de Análises

Índice	Fórmula	Resultado	Interpretação
Liquidez Corrente	$\frac{\text{Ativo Financeiro}}{\text{Passivo Financeiro}}$	Geral	Determina quanto a entidade possui de disponibilidade e créditos para cada unidade de obrigações exigíveis.
		Menor que Um	Reflete que os ativos financeiros não são suficientes para honrar suas obrigações de curto prazo, representando um “déficit” financeiro.
		Igual a Um	Os créditos e valores realizáveis e os valores numerários, ativo financeiro, são suficientes para honrar as obrigações, em curto prazo, cujo pagamento não dependa de autorização orçamentária.
		Maior que Um	Demonstra excesso de recursos financeiros em relação as obrigações a curto prazo, sendo assim será um “superávit” financeiro apurado no balanço patrimonial.
Liquidez Imediata	$\frac{\text{Disponibilidade} + \text{Vinculados em Conta Corrente}}{\text{Passivo Financeiro}}$	Geral	Determina a relação de quanto a entidade possui de disponibilidade imediata para cada unidade de obrigação exigível no passivo financeiro.
		Menor que Um	Reflete que a entidade não terá condições de “quitar” seu passivo financeiro no dia seguinte após a apuração.
		Igual a Um ou Maior que Um	Significa que a entidade tem recursos disponíveis para pagar suas dívidas que compõem o passivo financeiro.
Liquidez Seca	$\frac{\text{Disponibilidades} + \text{Créditos a curto prazo}}{\text{Passivo Circulante}}$	Geral	Demonstra quanto a entidade poderá dispor de recursos circulantes sem levar em consideração seus itens não monetários como estoques, almoxarifados e as despesas antecipadas, para fazer face as suas obrigações de curto prazo.
		Menor que Um	Significa que a entidade tem ou terá em curto prazo somente uma parte dos recursos financeiros necessários a liquidação do passivo circulante.
		Igual a Um ou Maior que Um	Reflete que a entidade tem ou terá em curto prazo recursos suficientes para honrar seus compromissos de curto prazo (até um ano).
Liquidez Geral	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo realizável a logo prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não-Circulante}}$	Geral	É uma medida da capacidade da entidade em honrar todas as suas exigibilidades, contando, para isso, com os seus recursos realizáveis a curto e longo prazos.
		Menor que Um	Significa que a entidade não terá recursos suficientes para honrar seus compromissos.
		Igual a Um ou Maior que Um	Demonstra que a entidade terá recursos financeiros suficientes para honrar seus compromissos que compõe o seu passivo.
Solvência	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo não – circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não circulante}}$	Geral	Uma entidade é solvente quando está em condições de fazer frente a suas obrigações e ainda apresenta uma situação patrimonial que garanta sua sobrevivência no futuro.
		Menor que Um	Demonstra que a entidade não está numa boa condição financeira. Seus ativos não dispõem de recursos suficientes para pagar suas dívidas.
		Igual a Um ou Maior que Um	Reflete que a entidade apresenta recursos para pagar suas obrigações.
Composi-	$\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	Geral	Representa a parcela de curto prazo sobre a

ção do Endividamento	Passivo Circulante + Passivo não circulante		composição do endividamento total. Geralmente é melhor para a entidade que suas dívidas sejam de longo prazo.
		%	O percentual do resultado significa o total de endividamento na entidade que se encontra em curto prazo (até um ano).
Situação Permanente	<u>Ativo permanente</u> Passivo permanente	Geral	A ênfase desse índice persiste na ideia de que seu resultado evidencie, através da relação entre o montante dos bens, créditos e valores de longo prazo e a soma das exigibilidades de longo prazo o nível de endividamento contido no balanço patrimonial.
		Menor que Um	Ativo permanente menor do que passivo permanente. Demonstra que a soma dos bens, créditos e valores permanentes, é inferior a soma das obrigações que dependem de autorização legislativa para sua amortização ou resgate, exemplo: as provisões, as operações de crédito, entre outros.
		Igual a Um	Normal, significa que não restou bens ou direitos, ativo permanente, para liquidar o endividamento do passivo permanente.
		Maior que Um	Ativo permanente maior do que o passivo permanente, reflete que os bens, créditos e valores, classificados como permanente, é superior à soma das dívidas fundadas. Uma situação positiva para a entidade.

Fonte: Elaborado pela autora.

Apêndice 2:: Cálculos dos Índices de Análise

Fórmulas	Cálculos
Liquidez corrente $\frac{\text{Ativo financeiro}}{\text{Passivo financeiro}}$	$\frac{3.081.356,24}{2.585.779,35} = 1,19$
Liquidez imediata $\frac{\text{Disponibilidade} + \text{Vinculados em Conta Corrente}}{\text{Passivo Financeiro}}$	$\frac{2.047.465,32}{2.585.779,35} = 0,79$
Liquidez seca $\frac{\text{Disponibilidades} + \text{Créditos a curto prazo}}{\text{Passivo Circulante}}$	$\frac{2.047.465,32 + 1.033.890,92}{1.792.324,29} = \frac{3.081.356,24}{1.792.324,29} = 1,72$
Liquidez geral $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo realizável a logo prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não-Circulante}}$	$\frac{3.085.919,70 + 1.032.128,65}{1.792.324,29 + 4.562.870,07} = \frac{4.118.048,35}{6.355.194,36} = 0,65$
Solvência $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo não-circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não circulante}}$	$\frac{3.085.919,70 + 7.424.185,70}{1.792.324,29 + 4.562.870,07} = \frac{10.510.105,40}{6.355.194,36} = 1,65$
Composição do endividamento $\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não circulante}}$	$\frac{1.792.324,29}{1.792.324,29 + 4.562.870,07} = \frac{1.792.324,29}{6.355.194,36} = 0,28$
Situação permanente $\frac{\text{Ativo permanente}}{\text{Passivo permanente}}$	$\frac{7.428.749,16}{4.562.870,07} = 1,63$

Fonte: Elaborado pela autora.

ANEXOS



PRESTACAO DE CONTAS: 2012

154

BALANÇO PATRIMONIAL - (ANEXO 14 - LEI 4320/64)

Pag. 1

A T I V O

S A L D O S

ATIVO FINANCEIRO	2.514.059,44
DISPONIVEL	1.545.334,41
CAIXA - (D/R)	9.768,03
CAIXA - (D/R)	9.768,03
CAIXA	132,92
CAUÇÕES DIVERSOS - TESOUREARIA	9.555,23
CAIXA - FMS-777777	24,87
CAIXA - FMS-666666	55,01
BANCOS CONTA MOVIMENTO - (D/R) e (A/R)	580.475,28
BANCOS CONTA MOVIMENTO - (D/R) e (A/R)	580.475,28
BANCO DO BRASIL S/A-3.392-8	4.560,14
BANCO DO BRASIL S/A-3.396-0	38,65
BANCO DO BRASIL S/A-11.425-1	341,75
BANCO DO BRASIL S/A-12.736-1	3.203,68
BANCO DO BRASIL S/A-13.558-5	90,50
BANCO DO BRASIL S/A-50.629-X	54,71
BANCO DO BRASIL S/A-283.141-4	791,86
BANCO DO BRASIL S/A-7.517-5	1.215,94
BANCO DO BRASIL S/A-7.516-7	21,46
BANCO DO BRASIL S/A-7.977-4	8.411,48
BANCO DO BANESE-300.002-7	8.969,88
BANCO DO BANESE-300.003-5	5.598,54
BANCO DO BANESE-300.006-0	52,73
BANCO DO BANESE-300.018-3	900,60
BANCO DO BANESE-300.030-2	0,15
BANCO DO BANESE-300.144-9	12.723,09
BANCO DO BANESE-300.142-2	589,23
BANCO DO BANESE-300.141-4	977,74
BANCO DO BANESE-300.167-8	22,50
BANCO DO BRASIL - S/A-9.021-2	260,78
BANCO DO BRASIL S/A-10.009	2.801,68
BANCO DO BANESE-300.169-4	479,80
BANCO DO BANESE-300.174-0	40,11
BANCO DO BRASIL S/A-7.521-3	77,80
BANCO DO BRASIL-10.987-8	17.937,80
BANCO DO BANESE-300.180-5	236,39
BANCO DO BRASIL S/A-11399-9	644,11
BANCO DO BRASIL-11783-8	848,21
BANCO DO BRASIL-13000-1	183.705,30
REF. CONTRATO VENDA FOPAG-11.973-3	0,47
BANCO DO NORDESTE-120630	855,98
BANCO DO BANESE-300.205-4	345,91
BANCO DO BRASIL S/A-12.976-3	5,50
BANCO DO BRASIL S/A-13.177-6	266,61
BANCOS - FMS-666666	7.744,25
BANCOS - FMS-777777	315.595,64
BANCOS - LEGISLATIVO-888888	64,11
BANCOS CONTA VINCULADA - (D/R) e (A/R)	955.091,10
BANCOS CONTA VINCULADA - (D/R) e (A/R)	955.091,10
BANCO DO BRASIL S/A-5.719-3	228,67
BANCO DO BRASIL S/A-7.518-3	14.635,89
BANCO DO BRASIL S/A-7.731-3	1.160,37
BANCO DO BRASIL S/A-9.006-9	1.317,85
BANCO DO BRASIL S/A-9.131-6	837,26
BANCO DO BRASIL S/A-9.457-9	3.893,33
BANCO DO BANESE-300.158-9	1.069,07



PRESTAÇÃO DE CONTAS: 2012

BALANÇO PATRIMONIAL - (ANEXO 14 - LEI 4320/64)

155

Pag. 2

ATIVO	SALDOS
BANCO DO BANESE-300.150-3	1.058,62
CAIXA ECONOMICA FEDERAL-92.626-7	21.598,24
CAIXA ECONOMICA FEDERAL-95.020-6	8.499,40
CAIXA ECONOMICA FEDERAL-254-2	21.475,15
CAIXA ECONOMICA FEDERAL-16.9386-2	1.930,79
BANCO DO BRASIL-10.302-0	1.417,25
CAIXA ECONOMICA FEDERAL-647115-6	1.077,21
BANCO DO BANESE-300.212-7	93,40
CAIXA ECONOMICA FEDERAL-647.114-5	1.500,00
BANCO DO BRASIL S/A-12.000-4	4,62
BANCO DO BRASIL S/A-13.411-2	8,22
CAIXA ECONOMICA FEDERAL-647.205-2	50,00
BANCO DO BANESE-300.234-8	14,60
BANCO DO BANESE-300.235-6	808,78
BANCO DO BANESE-300.243-7	163,34
BANCO DO BRASIL S/A-13.675-1	12.899,91
BANCO DO BANESE-300.246-1	50.804,66
CAIXA ECONOMICA FEDERAL-647.227-3	246.449,57
BANCO DO BRASIL S/A-14.312-X	985,60
BANCO DO BANESE-300.254-0	4.211,94
BANCO DO BRASIL S/A-12.356-0	166,36
BANCO DO BRASIL S/A-14.822-9	451.775,59
BANCO DO BRASIL S.A.-14.450-9	104.944,21
REALIZAVEL	968.725,03
SALARIO FAMILIA	328.279,01
INSS - RETENCAO NOTAS FISCAIS	4.496,98
SINTESE	1.793,77
IPES PREVIDENCIA	218,97
PENSAO ALIMENTICIA - FUNDEB	8.849,16
REPASSE PARA ASSOCIACAO CARIDADE	528.432,18
SALARIO MATERNIDADE	79.602,05
MULTAS	553,31
RPPS/PREVIDENCIA ATIVO ESTATUTARIO	2.387,64
SERGPE PREVIDENCIA	1.175,07
SESI	1.100,76
RTPS/FINANPREV	11.455,23
MULTAS DE TRANSITO - FMS	340,48
SALARIO FAMILIA - LEGISLATIVO	240,42
ATIVO PERMANENTE	5.708.255,24
BENS MOVEIS	3.910.959,11
BENS MOVEIS - FUNDEB	40.824,78
MOBILIARIOS	10.068,00
MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E UTENSILIOS	30.756,78
BENS MOVEIS - MDE	170.341,79
MOBILIARIOS	13.689,86
MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E UTENSILIOS	156.651,93
BENS MOVEIS - OUTRAS FONTES DE RECURSOS	3.285.164,63
MOBILIARIOS	231.321,09
MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E UTENSILIOS	2.371.388,36
VEICULOS	682.455,18
BENS MOVEIS - FMS	42.024,00
BENS MOVEIS - FMS	266.102,54
BENS MOVEIS - LEGISLATIVO	106.501,37
BENS IMOVEIS	878.053,74



PRESTAÇÃO DE CONTAS: 2012

156

BALANÇO PATRIMONIAL - (ANEXO 14 - LEI 4320/64)

Pag. 3

ATIVO	SALDOS
BENS IMOVEIS - MDE	308.855,60
TERRENOS E EDIFICACOES	308.855,60
BENS IMOVEIS - OUTRAS FONTES DE RECURSOS	262.068,86
TERRENOS E EDIFICACOES	262.068,86
BENS IMOVEIS - FMS	180.730,07
BENS IMOVIES - LEGISLATIVO	126.399,21
TITULOS E VALORES (CREDITOS)	900.964,20
DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	900.964,20
ALMOXARIFADO	18.278,19
ALMOXARIFADO	18.278,19
TOTAL DO ATIVO	8.222.314,68



PRESTACAO DE CONTAS: 2012

157

BALANÇO PATRIMONIAL - (ANEXO 14 - LEI 4320/64)

Pag. 4

P A S S I V O

S A L D O S

PASSIVO FINANCEIRO	1.994.770,98
RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.252.939,24
RESTOS A PAGAR LIQUIDADOS	128.754,32
RESTOS A PAGAR 2008	7.490,28
RESTOS A PAGAR 2009	13.471,04
RESTOS A PAGAR 2010	9.833,14
RESTOS A PAGAR 2011	65.752,04
RESTOS A PAGAR 2008 LIQUIDADOS - FMS	373,11
RESTOS A PAGAR 2009 LIQUIDADOS - FMS	30.782,03
RESTOS A PAGAR 2011 LIQUIDADOS - FMS	1.052,68
RESTOS A PAGAR A LIQUIDAR	1.124.184,92
RESTOS A PAGAR 2008	5.992,82
RESTOS A PAGAR 2009	242.167,51
RESTOS A PAGAR 2010	43.108,39
RESTOS A PAGAR 2011	657.173,51
RESTOS A PAGAR 2011 A LIQUIDAR - FMS	1.438,20
RESTOS A PAGAR 2008 A LIQUIDAR - FMS	6.119,22
RESTOS A PAGAR 2009 A LIQUIDAR - FMS	21.211,39
RESTOS A PAGAR 2010 A LIQUIDAR - FMS	20.401,44
RESTOS A PAGAR 2011 A LIQUIDAR - FMS	126.572,44
RESTOS A PAGAR (LIQUIDADOS) DO EXERCÍCIO DE 2012	288.993,90
RESTOS A PAGAR (NÃO LIQUIDADOS) DO EXERCÍCIO DE 2012	213.202,51
CONSIGNAÇÕES	239.635,33
CONSIGNAÇÕES	239.635,33
INSS	28.019,01
DEPOSITOS E CONSIGNAÇÕES DO FUNDEB	202,36
PENSAO ALIMENTICIA	1.209,87
EMPRESTIMO BANCARIO	11.099,30
SINTASA	8,47
FARMACESE	102,60
IPES ASSISTENCIAL	1.298,43
INSS - MDE	37.798,47
INSS - RETENCAO NOTAS FISCAIS - MDE	6.201,91
INSS - RETENCAO NOTAS FISCAIS - FUNDEB	8.209,43
PENSAO ALIMENTICIA - MDE	300,66
INSS - FUNDEB 60%	49.421,04
FALTAS	430,72
FUNASERP/PREVIDENCIA	122,83
ODONTO SORRISO	2.027,37
SEST/SENAT	1.695,36
CSPB - CONTRIBUICAO	6.304,68
CAUCAO	55.419,70
CONSIGNAÇÕES - FMS	97,23
CONSIGNAÇÕES - FMS	2.166,19
EMPRESTIMO BANCARIO - FMS	5.847,80
CONSIGNAÇÕES - LEGISLATIVO	21.651,90
PASSIVO PERMANENTE	4.880.938,21
DIVIDA FUNDADA INTERNA	4.880.938,21
DIVIDA FUNDADA INTERNA - PARCELAMENTOS	4.880.938,21
INSS - PARCELAMENTO	4.880.938,21
SALDO PATRIMONIAL (EXERCÍCIO ANTERIOR)	1.346.605,49
ATIVO REAL LIQUIDO	1.346.605,49



PRESTACAO DE CONTAS: 2017

158

BALANCO PATRIMONIAL - (ANEXO 14 - LEI 4320/64)

Pag. 5

PASSIVO	SALDOS
TOTAL DO PASSIVO	8.222.314,68

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO CIRCULANTE	Atual	Anterior	PASSIVO CIRCULANTE	Atual	Anterior
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.047.402,42	0,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASS. SINDI	458.825,23	0,00
ESTOQUES	4.502,90	0,00	POTENCIOALIZACAO A CURTO PRAZO	1.042.871,22	0,00
DEBITORES DIVERSOS - REALIZAVEL	1.000.886,49	0,00	DEBITOS DEBENTURES A CURTO PRAZO	208.754,24	0,00
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	3.056.816,70	0,00	TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	1.797.324,39	0,00
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	Atual	Anterior	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	Atual	Anterior
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	1.000.136,65	0,00	OBRIGACOES FISCAIS A LONGO PRAZO	4.302.873,07	0,00
CREDITOS A LONGO PRAZO	1.000.136,65	0,00			
IMOBILIZADO	5.302.037,55	0,00			
RENTALIS	4.722.970,40	0,00			
RENTALIS	1.366.677,26	0,00			
TOTAL DO ATIVO NÃO-CIRCULANTE	7.424.185,70	0,00	TOTAL DO PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	4.362.873,07	0,00
	Atual	Anterior	PATRIMONIO LIQUIDO	Atual	Anterior
			RENTALIS ACUMULADOS	4.154.911,04	0,00
			SUPRANT DO EXERCICIO	1.470.918,12	0,00
			SUPRANT DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.040.002,49	0,00
			RENTALIS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.337.300,43	0,00
			TOTAL DO PATRIMONIO LIQUIDO	4.154.911,04	0,00
TOTAL ATIVO	10.810.194,40	0,00	TOTAL PASSIVO	10.810.194,40	0,00
ATIVO FINANCEIRO	5.081.354,24	0,00	PASSIVO FINANCEIRO	2.806.775,38	0,00
ATIVO PERMANENTE	7.420.749,16	0,00	PASSIVO PERMANENTE	4.562.873,07	0,00
SALDO PATRIMONIAL	0,00	0,00		3.361.455,98	0,00

COMPENSAÇÕES

ATOS POTENCIAIS ATIVOS	Atual	Anterior	ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	Atual	Anterior
			EXERCICIO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	1.036.839,50	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	1.036.839,50	0,00

